7ª edição

GUSTAVO RIBEIRO ROCHA JOSÉ MARIA ROCHA FILHO

curso de

DIREITO COMERCIAL

teoria geral da empresa, direito societário, títulos de crédito, falência e recuperação de empresas

> atualizada conforme a Lei n. 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica)

+ exercícios de fixação

2020





Belo Horizonte | São Paulo Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG 8º andar, cj 82 Tel.: 31 3261 2801

Av. Paulista, 2444, Bela Vista – São Paulo, SP CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDE OM.BR

Copyright © 2014, D' Plácido Editora. Copyright @ 2014, Gustavo Ribeiro Rocha. Copyright © 2014, José Maria Rocha Filho.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

> Editor Chefe Plácido Arraes

> > Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini

(Imagem via Unsplash)

Diagramação Christiane Morais de Oliveira

Bárbara Rodrigues Letícia Robini Enzo Zagueu Prates

Catalogação na Publicação (CIP)

R672

1166412

Rocha, Gustavo Ribeiro

Curso de direito comercial / Gustavo Ribeiro Rocha. - 7. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.

768 p.

ISBN 978-65-5059-080-2

1. Direito. 2. Direito Comercial. I. Título.

CDDir: 342.2

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472











SUMÁRIO

PREFÁCIO HISTÓRICO, DE 2004	25
ADVERTÊNCIA	27
Capítulo 1 HISTÓRIA DO DIREITO COMERCIAL — UM BREVE RELATO	29
1. INTRODUÇÃO	31
2. ABRANGÊNCIA DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL	
3. CONCEITO DE COMÉRCIO	36
4. EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL	
5. DIVISÃO DO DIREITO PRIVADO	
6. OBJETO DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL	51
7. FONTES DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL	52
8. USOS E COSTUMES COMERCIAIS.	54
 TRANSCRIÇÃO DO ASSENTAMENTO DO USO E COSTUME RELATIVO AO CHEQUE VISADO, FEITO PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 	56
10. PARTICULARIDADES DO DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	58
Capítulo 2	
COMO UTILIZAR O CÓDIGO COMERCIAL E A LEGISLAÇÃO ESPARSA	59
1. UMA PEQUENA ADVERTÊNCIA	
2. COMO SE LÊ UM LIVRO	
3. ESTRUTURA DO CÓDIGO COMERCIAL	61

Capítulo 3 A TEORIA DOS ATOS DE COMÉRCIO versus A TEORIA DA EMPRESA	65
A TEURIA DOS ATOS DE COMERCIO VEISUS A TEURIA DA EMPRESA	0.
1. INTRODUÇÃO	6
INTRODUÇÃO SISTEMAS LEGISLATIVOS.	7
3. ATIVIDADE MERCANTIL E ATIVIDADE CIVIL – DIFERENÇA	73
4. SITUAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA, DA FIRMA INDIVIDUAL E DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	7
5. EMPRESAS CIVIS/SOCIEDADES SIMPLES	
6. EMPRESAS COMERCIAIS/SOCIEDADES EMPRESÁRIAS	8
7. REGISTRO DE EMPRESAS	84
8. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DE COMÉRCIO	86
9. TEORIA DOS ATOS MISTOS OU BIFRONTES	8
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	8
Capítulo 4 EMPRESA, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	9
1. INTRODUÇÃO	9:
2. NOÇÃO JURÍDICA DE EMPRESA	9.
3. ESPÉCIES DE EMPRESA	9
4. COMO CONCEITUAR A EMPRESA	9
5. PROJETO DE LEI SOBRE EMPRESA MER CANTIL	9
6. A MICROEMPRESA E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE	10
7. CONCEITO DE MICROEMPRESA E EMPRESA	4.0
DE PEQUENO PORTE: EVOLUÇÃO	
NOVA E ATUAL SITUAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE E O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	
9. MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ENQUADRAMENTO OU	1 1
DESENQUADRAMENTO: SUGESTÃO	12
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	12
Capítulo 5	
O EMPRESÁRIO	12:
1. CONCEITO DE EMPRESÁRIO	12
2 ESPÉCIES DE EMPRESÁRIO	17

3. CONCEITO DE C OMERCIANTE	128
4. EMPRESÁRIO/COMERCIANTE - DIFERENÇA	129
5. REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA	129
5.1. Capacidade	130
5.2. Incapacidade	131
5.2.1. O menor empresário	132
5.2.2. Autorização para dar continuidade a uma empresa	135
5.2.3. O menor como sócio de sociedade	137
5.2.4. Os interditos	139
5.3. Impedidos de ser empresários	140
5.3.1. Alcance do Impedimento	141
5.3.2. Pode o falido exercer atividade empresária?	144
5.3.3. O exercício de atividade empresarial pelo estrangeiro	145
5.4. O exercício da atividade empresarial pelo analfabeto	147
6. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)	148
6.1. Projeto de Lei, de 1991, sobre Empresa Individual	
de Responsabilidade Limitada	148
6.2. Como ficou, no Brasil, a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)	151
6.3. Sociedade individual de advogado	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	
EXERCICIOS FARA FIXAÇÃO	10
Capítulo 6	
REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E REGISTRO DA	
PROPRIEDADE INDUSTRIAL	167
1. INTRODUÇÃO	169
2. REGISTROS PÚBLICOS À DISPOSIÇÃO DOS EMPRESÁRIOS	
3. O REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS	
4. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DO REGISTRO PÚBLICO	
DE EMPRESAS MERCANTIS	172
4.1. O Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC)	172
4.2. A nova estrutura do Registro Público de Empresas	
Mercantis e Atividades Afins	
4.3. As Juntas Comerciais	
4.4. A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG)	178

4.5. Questões judiciais - Competência para conhecimento	179
4.6. Efeitos e conteúdo do Registro Público de Empresas Mercantis	180
4.7. O regime sumário	180
4.8. Contrato social padrão	181
5. O REGISTRO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	181
5.1. O Código da Propriedade Industrial	183
5.2. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	183
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	184
Capítulo 7 ESCRITURAÇÃO MERCANTIL	187
1. INTRODUÇÃO	180
2. CONTABILIDADE E ESCRITURAÇÃO	
3. MÉTODOS DE ESCRITURAÇÃO	
3.1. O método das Partidas Simples	
3.2. O método das Partidas Dobradas	
4. A ESCRITURAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	
5. OBRIGAÇÕES COMUNS A TODOS EMPRESÁRIOS E SOCIEDADES EMPRESÁRIAS	
6. O "SEGREDO DOS LIVROS"	
7. LIVROS COMERCIAIS	
7.1. Livro obrigatório comum	
7.2. Livros facultativos	
7.3. Valor probante dos lívros comerciais	197
7.4. Exibição judicial dos livros comerciais	198
7.5. Onde devem ser exibidos os livros comerciais	199
8. LIVROS FISCAIS	199
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	200
Capítulo 8 NOME EMPRESARIAL	202
	203
1. INTRODUÇÃO	
2. REGISTRO E PROTEÇÃO DO NOME EMPRESARIAL	
3. NATUREZA JURÍDICA DO NOME EMPRESARIAL	207

4. ESPECIES DE NOME EMPRESARIAL	207
5. COMO SE FORMA UMA FIRMA OU RAZÃO COMERCIAL/EMPRESARIAL.	208
5.1. Sistema da liberdade plena	208
5.2. Sistema da veracidade ou da autenticidade	209
5.3. Sistema das firmas derivadas ou eclético ou misto	212
6. COMO SE FORMA UMA DENOMINAÇÃO SOCIAL	213
7. NOMES DAS SOCIEDADES SIMPLES E EMPRESÁRIAS	215
8. DISTINÇÃO ENTRE FIRMA OU RAZÃO E DENOMINAÇÃO SOCIAL	218
9. VANTAGEM DA DENOMINAÇÃO SOCIAL	219
10. NOME HÍBRIDO	219
11. NOMES EMPRESARIAIS NÃO REGISTRÁVEIS	221
12. ALIENABILIDADE DO NOME EMPRESARIAL	222
13. "COLIDÊNCIA" DE NOMES EMPRESARIAIS	223
14. NOME EMPRESARIAL E MARCA: CONFLITO	224
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	229
C (1.1.0	
Capítulo 9 MARCAS	231
MARCAS	
1. INTRODUÇÃO	233
2. CONCEITO DE MARCA	233
3. ANÁLISE DA LEI N. 9.279/96 - ARTS. 122 A 182	233
3.1. Marca: onde usar e espécies	234
3.2. Formas de apresentação de uma marca	236
3.3. Quem pode pedir o registro de uma marca	237
3.4. O que pode ser registrado como marca	237
3.5. O que não pode ser registrado como marca	237
3.6. Requisitos básicos para o registro	240
3.7. Marcas procedentes do exterior	24
3.8. Pedido de registro de uma marca	24
3.9. Registro de marca figurativa ou mista — Uma exigência a mais	24
3.10. Onde se faz o registro de uma marca	243
3.11. Efeitos do registro da marca	243
3.12. Sistemas legislativos	
3.13. Obrigações do titular da marca e perda dos direitos	244

3.14. Duração de um registro de marca ou de sua proteção	244
3.15. Cessão, alteração de nome e de endereço do titular e contrato de	
exploração de marca	
3.16. Quando se perde um registro de marca	
3.17. Nulidade do registro	
3.18. Contrato de licenciamento de marca	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	256
Capítulo 10	
ESTABELECIMENTO COMERCIAL E TÍTULO DE ESTABELECIMENTO	259
1. INTRODUÇÃO	.261
2. ESTABELECIMENTO COMERCIAL	
2.1. Conceito	261
2.2. Fundo de comércio, azienda e fundo de negócio	
2.3. Composição do estabelecimento comercial	
2.4. Natureza jurídica do estabelecimento comercial	
2.5. Elementos do estabelecimento comercial	265
2.5.1. O capital	265
2.5.2. O trabalho	272
2.5.3. A organização	272
3. TÍTULO DE ESTABELECIMENTO	273
4. CONTRATO DE ALIENAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	274
4.1. Modelo de contrato de alienação do estabelecimento	278
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	281
Capítulo 11	
INVENÇÕES, MODELOS E DESENHOS	283
1. INTRODUÇÃO	285
2. ANÁLISE DA LEI N. 9.279/96 - ARTS. 6° A 121	
2.1. Autor da invenção ou do modelo de utilidade	
2.2. O que é patenteável	287
2.3. Direito de Prioridade	
2.4. Pedido de patente	
2.5. Duração da patente	
3	

2.6. Proteção conferida pela Patente	290
2.7. Nulidade da patente	291
2.8. Cessão da patente	291
2.9. Licenças para exploração da patente	291
2.10. Patente de interesse da defesa nacional	292
2.11. Desapropriação de uma patente	292
2.12. Certificado de adição de invenção	292
2.13. Extinção da patente	293
2.14. Invenção e modelo de utilidade realizado	
por empregado ou prestador de serviço	
2.15. Desenho industrial	
3. MODELO DE RELATÓRIO DESCRITIVO	
4. MODELO DE CONTRATO PARA EXPLORAÇÃO DE PATENTE	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	301
Capítulo 12 CONCORRÊNCIA DESLEAL	305
1. INTRODUÇÃO	307
2. AVIAMENTO	307
3. CLIENTELA	307
4. AVIAMENTO E CLIENTELA – NATUREZA JURÍDICA	308
5. CESSÃO DA CLIENTELA	308
6. TIPOS DE CLIENTELA	309
7. CONCORRÊNCIA DESLEAL	310
7.1. Um breve histórico	310
7.2. Conceito de concorrência desleal	311
7.3. A concorrência desleal no Brasil	311
7.4. Atos de concorrência desleal	
7.5. Medidas legais para combater a contrafação	316
8. CONVENÇÕES DE NÃO-CONCORRÊNCIA	318
8.1. Convenções lícitas	318
8.2. Convenções ilícitas	319
8.3. Convenções de exclusividade	319
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	320

Capitulo 13 SOCIEDADES SIMPLES E SOCIEDADES EMPRESÁRIAS			321
	1.	CONCEITO DE SOCIEDADE	323
		O SIGNIFICADO JURÍDICO DA PALAVRA "SOCIEDADE"	
		CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES	
		3.1. Segundo a responsabilidade dos sócios	
		3.2. Segundo a personificação	
		3.3. Segundo a forma do capital	326
		3.4. Segundo a estrutura econômica	326
	4.	SOCIEDADE REGULAR E SOCIEDADE IRREGULAR OU EM COMUM	327
		4.1. Sociedade regular ou de direito	327
		4.2. Sociedade irregular, de fato ou em comum	327
	5.	SOCIEDADES SIMPLES	328
	6.	SOCIEDADES EMPRESÁRIAS - CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	336
		6.1. Sociedade em comandita simples	336
		6.2. Sociedade em nome coletivo	337
		6.3. Sociedade em conta de participação	337
		6.4. Sociedade em comandita por ações	337
		6.5. Sociedade anônima	338
		6.6. Sociedade limitada	338
	7.	FORMAÇÃO DA SOCIEDADE	341
		7.1. Teorias anticontratualistas	343
		7.2. Teorias contratualistas	344
		7.3. Teoria institucionalista	345
	8.	A PERSONALIDADE JURÍDICA	346
		8.1. Efeitos da aquisição da personalidade jurídica	347
		8.2. Pessoa jurídica	348
		8.3. Desconsideração da personalidade jurídica	348
	9.	CONTRATO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA	365
		9.1. Introdução	365
		9.2. Elementos comuns	365
		9.3. Elementos específicos	366
		9.4. Estrutura do contrato social	367

9.5. Constituição de uma sociedade anônima	369
10. O CAPITAL SOCIAL	
10.1. Natureza jurídica da contribuição dos sócios	373
10.2. Intangibilidade do capital social	377
10.3. Do aumento e diminuição do capital social	378
11. A MAIORIA DE CAPITAL SOCIAL E A ALTERAÇÃO DO CONTRATO	379
11.1. Do abuso do direito de voto	382
12. A CONDIÇÃO DE SÓCIO	385
12.1. Aquisição da qualidade de sócio	385
12.2. Amplitude da responsabilidade do sócio	386
12.3. Do Acionista Controlador	390
12.4. Do acordo de sócios	393
12.5. Resolução da sociedade em relação ao sócio e	
dissolução parcial da sociedade	
12.5.1. Data-base para apuração dos haveres	
13. ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE	
13.1. A Administração da Sociedade Anônima	
14. SOCIEDADE ENTRE CÔNJUGES	
15. QUOTA SOCIAL	
15.1. Natureza jurídica	
15.2. Cessão de quotas	
15.3. Penhora de quotas	
15.4. Penhor de quotas	
15.5. Quotas sem valor nominal	
15.6. Quotas preferenciais	
15.7. Aquisição de quotas pela própria sociedade	
16. AÇÕES E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	
16.1. Ações	
16.2. Transferência de ações	
16.2.1. Aquisição de ações pela própria Companhia	
16.3. Direitos que as ações conferem	
16.4. Outros valores mobiliários	
16.4.1. Debêntures	
16.4.2. Partes Beneficiárias	445

	16.4.3. Bônus De Subscrição	446
17.	ENCERRAMENTO TEMPORÁRIO DAS ATIVIDADES	
	17.1. Previsão legal	446
	17.2. Aplicação prática	447
18.	TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E	
	CISÃO DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS	447
19.	9. Sociedades coligadas, controladoras e controladas	449
20.	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	452
	20.1 O caso CEMIG	
	DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DE UMA SOCIEDADE	455
22.	COMO FAZER O REGISTRO DE UM EMPRESÁRIO	
	E DE UMA SOCIEDADE EMPRESÁRIA	
	EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	459
Caní	tulo 14	
,	ÓRIA DO DIREITO CAMBIAL - UM BREVE RELATO	471
	O CRÉDITO E OS TÍTULOS DE CRÉDITO	
	ELEMENTOS COMUNS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO	
3.	DISPOSIÇÕES GERAIS	
	3.1. A Lei Uniforme de Genebra e o Decreto n. 2.044/1908	
_	3.1.1. Das reservas adotadas no Brasil	
4.	CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO	
	EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	484
Caní	tulo 15	
	ARAÇÕES CAMBIÁRIAS	487
		400
	INTRODUÇÃO	
2.	DECLARAÇÕES NECESSÁRIAS E EVENTUAIS	
	2.1. Saque ou emissão	
	2.2. Aceite	
	2.3. Endosso	_
	2.3.1. Modalidades	
	2.3.2. Responsabilidade do endossante	
	2.4. Aval	502

2.4.1. Aval e fiança	504
2.4.2. Aval antecipado	
2.4.3. Aval parcial	506
2.4.4. Aval posterior ao vencimento	506
2.4.5. Aval simultâneo e sucessivo	507
2.4.6. Responsabilidade e direito do avalista	508
2.4.7. Aval no Código Civil	511
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	512
Capítulo 16	
VENCIMENTO E PAGAMENTO	517
1. VENCIMENTO	519
1.1. Vencimento ordinário	519
1.2. Vencimento extraordinário	520
2. PAGAMENTO	521
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	523
Capítulo 17	
PROTESTO CAMBIAL	525
1, CONCEITO	527
2. EFEITOS	
3. PROCEDIMENTO	
4. DA CLÁUSULA "SEM PROTESTO" OU "SEM DESPESAS"	
5. PROTESTO PARA FINS FALIMENTARES	
6. SUSTAÇÃO E CANCELAMENTO DO PROTESTO	533
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	
Capítulo 18	
DA AÇÃO CAMBIAL	537
1. DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	539
1.1. Do prazo prescricional	541
2. DA COBRANÇA EXTRACAMBIÁRIA	543
2.1. Da ação monitória	543

2.2. Da ação de enriquecimento sem causa (locupletamento)	546	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	547	
Capítulo 19 LETRA DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA	549	
1. INTRODUÇÃO	551	
2. LETRA DE CÂMBIO	551	
2.1. Requisitos da letra de câmbio	552	
2.2. O sacado	555	
3. NOTA PROMISSÓRIA	555	
3.1. Requisitos da nota promissória	555	
3.2. O emitente	558	
3.3. Nota promissória vinculada a contrato	559	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	560	
Capítulo 20 CHEQUE	565	
1. INTRODUÇÃO	567	
2. REQUISITOS DO CHEQUE		
3. DECLARAÇÕES CAMBIAIS		
4. MODALIDADES		
5. APRESENTAÇÃO E PAGAMENTO	573	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO		
Capítulo 21 DUPLICATA	579	
1. INTRODUÇÃO	581	
2. REQUISITOS DA DUPLICATA	584	
3. INTERVENIENTES	587	
4. DO VENCIMENTO	588	
5. DO PROTESTO E DA COBRANÇA	588	
6. DUPLICATA SIMULADA (FRIA)		
7. DUPLICATA ESCRITURAL		
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	596	

HISTÓRIA DO DIREITO FALIMENTAR		
BRASILEIRO – CONCEITOS PRELIMINARES	599	
1. HISTÓRICO	601	
2. CONCEITOS PRELIMINARES		
2.1. Noção jurídica de empresa e de empresário	604	
2.2. Noção básica da falência	607	
2.3. Noção básica da recuperação	608	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	609	
Capítulo 23 DISPOSIÇÕES COMUNS À FALÊNCIA E À RECUPERAÇÃO	611	
1. HISTÓRICO	613	
2. JUÍZO COMPETENTE	613	
3. ÓRGÃOS COMUNS	615	
3.1. O Juiz	616	
3.2. O Ministério Público	617	
3.3. O Administrador Judicial	617	
3.4. O Comitê de Credores	622	
3.5. A Assembleia-Geral de Credores	624	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	628	
Capítulo 24 DA FALÊNCIA	633	
1. FINALIDADES DA FALÊNCIA	635	
2. NATUREZA JURÍDICA DA FALÊNCIA		
3. FASES DO PROCESSO FALIMENTAR		
3.1. Fase preliminar		
3.2. Fase de sindicância, informativa ou investigatória		
3.3. Fase de liquidação		
4. SUJEITO PASSIVO DA FALÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO		
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO		

Capítulo 25 O PROCESSO FALIMENTAR — FASE PRELIMINAR	651
1. INTRODUÇÃO	653
2. PRESSUPOSTOS DA FALÊNCIA	
2.1. Condição empresarial do devedor	653
2.2. Estado de insolvência ou impontualidade	653
2.3. Decretação judicial da falência	657
2.3.1 Dos recursos	660
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	662
Capítulo 26 DO PROCESSO DE FALÊNCIA — FASE DE SINDICÂNCIA	667
1. INTRODUÇÃO	669
2. DA INABILITAÇÃO PARA SER EMPRESÁRIO, EM RAZÃO DA FALÊNCIA.	
3. DOS DEVERES DO FALIDO	
4. EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR	
4.1. Efeitos da falência quanto ao patrimônio da falida	
4.1.1. Da ação restituitória e dos embargos de terceiros	
4.2. Efeitos da falência quanto aos contratos da falida	
4.3. Dos atos ineficazes	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	69!
Capítulo 27 DA VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	697
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	699
2. DOS CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS	
3. DOS CRÉDITOS CONCURSAIS	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	71
Capítulo 28 DO PROCESSO FALIMENTAR - FASE DE LIQUIDAÇÃO	713
1. INTRODUÇÃO	71!
2 ΝΑ ΒΕΔΙΙΖΑΓÃΟ ΝΟ ΑΤΙΥΝ	71'

3. DO PAGAMENTO DO PASSIVO	719
4. DO ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E DA EXTINÇÃO	
DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO	
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	724
Capítulo 29	
DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	727
1. INTRODUÇÃO	729
2. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	729
3. FASE POSTULATÓRIA	731
3.1. Requisitos para o requerimento da recuperação	731
3.2. Da legitimação ativa e deferimento do pedido	733
4. FASE DELIBERATIVA	736
4.1. Do plano de recuperação judicial	736
5. FASE EXECUTÓRIA	746
6. CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA	748
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	749
Capítulo 30	
DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	751
1. INTRODUÇÃO	753
2. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	753
3. HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO	754
3.1. Homologação facultativa	754
3.2. Homologação obrigatória	755
4. CREDORES NÃO ABRANGIDOS PELA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	756
EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO	756
REFERÊNCIAS	759
CORDE OS AUTORES	7.0-
SOBRE OS AUTORES	767